

DEFESA DA MAGISTRATURA

Magistratura mineira conquista aprovação da nova LODJ na AL

Após intensa mobilização da magistratura mineira, por meio da Amagis, a Assembleia Legislativa de Mi-

nas aprovou, em 10º turno, no dia 4 de junho, a nova Lei de Organização e Divisão Judiciárias (LODJ) em tramita-

ção célere, que durou quatro meses. Com a decisão, ficaram garantidas conquistas na carreira e melhorias nas

condições de trabalho nas comarcas do Estado. Entre elas, a valorização das turmas recursais e da direção de

foro e o incentivo à atualização jurídica e formação continuada dos magistrados.

Página 7

NOVA GESTÃO

Presidente eleito do TJ abre diálogo com a magistratura

Adriano Boaventura



Com a diretoria da Amagis, Pedro Bitencourt reafirma compromissos com a classe

O desembargador Pedro Bitencourt, presidente eleito do TJMG, abriu interlocução com a magistratura mineira e reafirmou compromissos com interesses da classe. Ele reuniu-se com a diretoria da Amagis e esteve também na sala da Associação, no Fórum Lafayette, em Belo Horizonte, onde conversou com os juízes.

Página 3

União garante
avanco da PEC 63
no Senado
Página 4

Amagis faz
proposta para
promoções
Página 10

Entrevista com
presidente eleito
do TJMG
Página 11

Novo plano
de saúde
atinge meta
Página 24

Integração histórica amplia capacidade de conquistas

HERBERT CARNEIRO*

Por uma histórica integração das três maiores Associações de Magistrados do país - a AMB, Anamatra e Ajufe - com as Associações estaduais e o Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça (CPP-TJ), avançamos, de maneira bastante consistente, na oportunidade inédita de resgatar a dignidade da magistratura. No dia 21 de maio, vencemos a primeira batalha, a da constitucionalidade, ao conquistar, após intensa interlocução, a aprovação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), do Senado Federal, à PEC 63/2013, que resgata o adicional por tempo de serviço.

Antes dessa vitória parcial, demos um passo importantíssimo ao superar os grandes obstáculos que se contrapunham à magistratura e aos nossos Tribunais como um todo, graças, especialmente, à ação do presidente da AMB, João Ricardo Costa, e do presidente do CPPTJ, desembargador Milton Augusto de Brito Nobre. Estamos todos convencidos de que, apesar de distintos, há muito mais convergências entre o Judiciário e os magistrados.

Temos pautas que são comuns, de interesse institucional tanto quanto corporativo da magistratura nacional. Agora, construímos compromisso de parceria, de adequação no discurso e nas proposições que defendemos no Congresso Nacional. No atual momento, estamos todos focados e dedicando esforços na aprovação da PEC 63/2013, que trata do adicional de valorização da Magistratura e do Ministério Público.

Ainda assim, não podemos ter a ilusão de que só isso basta. Além da integração e fortalecimento da magistratura e dos Tribunais, serão necessários muita habilidade política no encaminhamento da elaboração legislativa e o permanente monitoramento, no Congresso Nacional, das PECs e projetos de nosso interesse.

É uma atuação diuturna, que requer participação de todos os presidentes das Associações junto às respectivas bancadas federais de seus estados, em constante diálogo para convencer senadores e deputados sobre a importância dos temas em pauta. A batalha é longa e está longe de ser totalmente vitoriosa.

Nossa demanda é legítima e constitucional, como reconheceu a própria CCJ. Em quaisquer carreiras do

mundo, da área pública ou privada, é fundamental reconhecer o valor da experiência, do conhecimento e da expertise. Quando isso não ocorre, além de extremamente desestimulante, as consequências são também conhecidas: desinteresse crescente pela profissão, prejuízo pela formação profissional, que deve ser continuada, pouca atratividade, concorrência com outros setores e, por fim, evasão de quadros valorosos.

Como já ocorre no serviço público em geral, com melhor estruturação da carreira, por meio do tempo de serviço, a PEC 63/2010 é o instrumento, hoje, mais eficiente de resgate da dignidade e de estímulo aos juízes e promotores brasileiros: precisamos ser reconhecidos pelo tempo de trabalho dedicado à nossa carreira.

“O adicional resgata o valor e a dedicação e premia quem faz de sua vida uma causa: a missão de julgar e distribuir justiça”

Esse adicional, na verdade, resgata o valor, o reconhecimento, a dedicação exclusiva e, principalmente, premia quem faz de sua vida uma causa: a missão de julgar, distribuir justiça e garantir o estado democrático de direito neste país. Estaremos permanentemente e fortemente mobilizados, como agora, em Brasília, em defesa dessa bandeira.

Ao mesmo tempo, registramos aqui, com muita expectativa, as mudanças que se avizinham em nosso Tribunal, após a democratização, ainda que parcial, do processo de escolha dos cargos diretivos. No dia 16 de maio, recebemos a visita do presidente eleito, desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes, para abrir o diálogo em favor dos interesses da magistratura. Em seguida, por nossa gestão, ele se reuniu com juízes no Fórum de Belo Horizonte e reiterou os compromissos com a classe.

Esse gesto foi um claro sinal de reconhecimento da legitimidade e da representatividade da Amagis e de interlocução e transparência da futura gestão do Tribunal, com repercussão positiva para nossas demandas.

Ao lado da democratização do Judiciário, nosso foco constante, perante a próxima gestão, serão as melhorias e aperfeiçoamento das condições de trabalho e de valorização da classe. Com diálogo, persistência, união, participação e compromisso, pautaremos nossas conquistas e a magistratura do presente e do futuro. ●

(*) Presidente da Amagis



**Jornal Mensal da
Associação dos
Magistrados Mineiros
AMAGIS**

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

**ISSN - 1981-4577
(Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569
(Decisão On-line)**

Presidente:
Desembargador Herbert
José Almeida Carneiro

Vice-presidente Administrativa:
Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente Financeiro:
Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente de Saúde:
Juiz Maurício Torres Soares

**Vice-presidente dos
Aposentados e Pensionistas:**
Desembargador Tibagy
Salles Oliveira

Vice-presidente do Interior:
Juíza Ivone Campos
Guilarducci Cerqueira

**Vice-presidente
Sócio-cultural-Esportivo:**
Desembargador Tiago Pinto

Diretor-Secretário:
Morvan Rabêlo de Rezende

Diretora-Subsecretária:
Juíza Maria da Graça Rocha Santos

Diretoras de Comunicação:
Juízas Aldina de Carvalho Soares
e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:
Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Projeto Gráfico:
Agência Graffo

Diagramação:
Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

Tiragem: 2.300 exemplares

ÍNDICE

Presidente eleito do TJMG busca interlocução com a Amagis

3

7

Nova LODJ é aprovada em apenas quatro meses

- ▶▶ Presidente eleito do TJMG busca interlocução com a Amagis 03
- ▶▶ Nova gestão do TJMG dará ênfase à primeira instância 03
- ▶▶ PEC 63 é aprovada na CCJ e avança no Senado 04
- ▶▶ Comissão de Veneza divulga carta de Ouro Preto 05
- ▶▶ Amagis reitera pedido de quitação de férias suspensas 06
- ▶▶ Nova LODJ é aprovada em apenas quatro meses 07
- ▶▶ Comarcas receberão câmeras e alarme 08
- ▶▶ Amagis promove ato em defesa de juízes 09

- ▶▶ Comissão da Amagis irá sugerir critérios de promoção ao CNJ 10
- ▶▶ Entrevista: Des. Pedro Bitencourt, presidente eleito do TJ 11
- ▶▶ Brasil busca hexacampeonato para esquecer o 'maracanazo' 12
- ▶▶ Diretoria da Amagis recebe visita de Fernando Pimentel 14
- ▶▶ Grupo de Estudos é lançado em JF para traçar diagnóstico 15
- ▶▶ TJMG inaugura Fórum e homenageia magistrado 16
- ▶▶ Amagis incentiva concurso de Contos da Juventude 18
- ▶▶ Adesões ao novo plano da Amagis Saúde atingem meta 24

PEC 63 é aprovada na CCJ e avança no Senado

4

24

Adesões ao novo plano da Amagis Saúde atingem meta

REPRESENTATIVIDADE

Presidente eleito do TJMG busca interlocução com a Amagis

Em reconhecimento ao protagonismo da Amagis no debate e na construção do Judiciário, o presidente eleito do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, esteve na sede da Associação no dia 16 de maio, para uma visita de cortesia. Ele foi recebido pelo presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, e membros da diretoria.

Entre os objetivos do primeiro encontro, o estreitamento das relações institucionais com a Amagis e, por meio dela, com a magistratura mineira.

Desde que foi eleito, o futuro presidente do TJMG fez diversos contatos com o presidente da Amagis, inaugurando a interlocução para discutir interesses da classe. Ainda participaram do encontro, o primeiro vice-presidente eleito do TJ, desembargador Fernando Caldeira Brant, o desembargador Carlos Augusto de Barros Levenhagen (ex-presidente da Amagis), a vice-presidente Administrativa da Amagis, Luzia Peixoto, o vice-presidente de Aposentados e Pensionistas, desembargador Tibagy Salles, a diretora do Parque Esportivo, juíza Riza Nery, o diretor Tesoureiro, juiz José Martinho Nunes Coelho, a diretora de Comunicação, juíza Rosimere do Couto, o diretor de Saúde do Conselho Gestor de Saúde, desembargador Edison Feital, o diretor Financeiro do Conselho Gestor de Saúde, juiz Cláudio Manuel Figueiredo, o diretor da Seccional em Belo Horizonte, juiz Alberto Diniz, o desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Júnior e o juiz Manoel dos Reis Moraes. ●

Adriano Boaventura

**Diretoria da Associação recebe o presidente eleito do TJMG**

FÓRUM LAFAYETTE

Nova gestão dará ênfase à primeira instância, afirma Pedro Bitencourt

Logo depois da visita à sede da Amagis, o presidente eleito do TJ, desembargador Pedro Bitencourt, por sugestão do presidente Herbert Carneiro, seguiu para o Fórum Lafayette, onde se reuniu com os juízes de Belo Horizonte. Além do presidente da Amagis, o magistrado estava acompanhado do 1º vice-presidente eleito, desembargador Fernando Caldeira Brant, e do Corregedor Geral de Justiça eleito, desembargador Antônio Sérvulo.

Durante o encontro, Bitencourt Marcondes afirmou que dará ênfase à 1ª instância e que sua gestão será pautada pela transparência e participação.

Sobre a parceria com a Amagis, Pedro Bi-

Tiago Parrela

**Pedro Bitencourt reúne-se com juízes na sala da Amagis, no Fórum Lafayette**

tencourt destacou que “há um objetivo comum na defesa dos interesses da classe e na busca por melhorias para o Judiciário”, e garantiu que estará atento aos pleitos da Associação.

Para o presidente da Amagis, este foi um

momento histórico. “Vamos caminhar, com nossas prioridades e independência, com a futura gestão do TJMG. Tenho a convicção de que muita coisa não poderá ser resolvida de imediato, mas, a partir do dia 1º de julho,

experimentaremos um tempo de transparência, coragem e determinação nos assuntos e interesses da classe”. A convite do presidente eleito, Herbert Carneiro continuará participando da Comissão de Orçamento do TJMG. ●

RESGATE DA DIGNIDADE

PEC 63 é aprovada na CCJ e avança no Senado

Com intensa e histórica mobilização das Associações estaduais de magistrados, da AMB e do Colégio de Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), do Senado Federal, aprovou, no dia 21 de maio, a PEC 63, que institui a parcela indenizatória por tempo de serviço na Magistratura e no Ministério Público. A proposta segue, agora, para o plenário da casa.

Durante os dois dias em que esteve em Brasília, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, que acompanhou a reunião da CCJ, fez gestões junto aos senadores para garantir a aprovação da PEC. Em nota aos senadores, Herbert Carneiro afirmou que a aprovação da proposta é uma forma de valorização da carreira e de retribuição pelo tempo de serviço, garantindo a permanência e estímulo ao crescimento profissional de magistrados e promotores, por meio de progressões vinculadas ao tempo de dedicação e atividade dos magistrados e promotores.

Em suas manifestações de apoio, a maioria dos senadores reconheceu a necessidade de aprovação do projeto. Para Álvaro Dias (PSDB – PR) trata-se de uma decisão importante em um momento no qual aumenta o desin-

Arquivo Pessoal

**Representantes da magistratura fizeram gestões no Senado**

Lia de Paula / Agência Senado

**PEC 63 foi amplamente debatida na CCJ do Senado**

teresse pela carreira. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) afirmou que o país não pode prescindir de bons juízes, garantidores dos pilares da democracia e dos direitos dos cidadãos.

EM PLENÁRIO

Já no dia 28 de maio, houve a primeira sessão de discussão da PEC. Juízes e

membros do MP sustentam que, com a situação atual, não há valorização dos profissionais com mais tempo de carreira.

“Ao contrário das demais carreiras, as da Magistratura e do Ministério Público não possuem progressão horizontal, o que impede a valorização da experiência profissional, de modo que o

Juiz e o Promotor que ingressam, hoje, recebem vencimentos de valor muito próximo ao dos que estão no topo da carreira, alguns com mais de 30 anos, 40 ou mais de atividade”, sustentou o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, em nota pública aos senadores.

Em nota aos magistrados de todo o

país, o presidente da AMB, João Ricardo Costa, destacou que é fundamental que as lideranças associativas permaneçam em contato com os senadores para garantir a rejeição de iniciativas contra a PEC 63. “Estamos elaborando um documento que demonstra o impacto orçamentário da implementação do ATS nos tribunais do país. O nosso esforço, nesse momento, é para colocar a PEC em votação antes da suspensão dos trabalhos em face da Copa, seguida pelo recesso”, informou João Ricardo Costa.

“Trata-se de valorização à dedicação e retribuição pelo tempo de serviço, como forma de garantir a permanência e estimular o crescimento profissional na carreira e evitar a perda de valorosos quadros. Além disso, permite a organização dessa mesma carreira através de progressões vinculadas ao tempo de dedicação e atividade dos magistrados e promotores”, reafirmou Herbert Carneiro.

Como se trata de uma proposta de emenda à Constituição, a matéria tem de passar por cinco sessões de discussão em primeiro turno e mais três em segundo turno, sendo necessários pelo menos 49 votos favoráveis em cada votação. Se aprovada no Senado, a PEC seguirá para exame na Câmara. ●

ENCONTRO INTERNACIONAL

Comissão de Veneza divulga Carta de Ouro Preto

Depois de três dias de encontro, entre 4 e 6 de maio, realizado na histórica Ouro Preto, a Subcomissão da América Latina da Comissão de Veneza divulgou a Carta de Ouro Preto, contendo o resultado dos debates, exposições e palestras durante o evento.

O documento defende a ideia de que, em momento de crise, quando os riscos para os direitos são maiores, aumenta a responsabilidade dos juízes, que ganham um papel primordial na garantia dos direitos do indivíduo e de que as políticas públicas não comprometam a proteção dos direitos fundamentais.

O presidente da Comissão de Veneza, o jurista Gianni Buquicchio, ressaltou, ao fim do encontro, que o direito de acesso à Justiça é a chave dos demais, o que apresenta aos juízes um duplo desafio: a busca pela justiça e a adequa-

ção do mandato constitucional e legislativo para o alcance de direitos e a obediência de sua obrigação de lealdade constitucional e os limites que se originam do marco normativo.

A Amagis esteve presente, no dia 4 de maio, sendo representada pelo desembargador José Antônio Braga, na abertura do Encontro da Subcomissão da América Latina da Comissão de Veneza, cujo tema central do encontro era o papel do Judiciário na proteção dos direitos sociais e econômicos em tempos de crise mundial.

Ao longo dos três dias, 40 autoridades nacionais e estrangeiras estiveram presentes, como o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, a ministra do STF, Cármen Lúcia, que é a representante brasileira da Comissão de Veneza, o presidente da Comis-

Tiago Parrela



Encontro foi realizado na Casa dos Contos, em Ouro Preto

são de Veneza, o jurista Gianni Buquicchio, o presidente do TJMG, desembargador Joaquim Herculano, o governador Alberto Pinto Coelho, entre outros.

Joaquim Barbosa propôs a criação de uma comissão na América Latina para discutir questões que envolvam o Judiciário, seguindo

os moldes da Comissão de Veneza, da Europa, com um grupo que discute temas que envolvam apenas os países da América Latina.

Ao todo, representantes de cortes de 20 países participaram do evento, com exceção da Argentina, Panamá e Paraguai, quando puderam ouvir e debater te-

mas como: “A definição dos direitos econômicos e sociais na Constituição”; “Crise Econômica e a proteção internacional de direitos”; “Limites constitucionais aos direitos em tempos de crise”; “Igualdade em tempos de crise: desvantagens para grupos já desfavorecidos”, entre outros. ●

APERFEIÇOAMENTO DO JUDICIÁRIO

Presidente da Amagis afirma que Minas precisa de mais juízes

Durante o encontro da Subcomissão da América Latina da Comissão de Veneza, realizado em Ouro Preto, entre os dias 4 e 6 de maio, a ministra Cármen Lúcia, do STF, apontou as dificuldades do Judiciário e da Justiça brasileira.

Em entrevista à rádio Itatiaia, no dia 9 de

maio, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, destacou a necessidade de melhorias na estrutura do Poder Judiciário para que a crescente demanda da população possa ser atendida.

Segundo Herbert Carneiro, o Judiciário não foi devidamente

aparelhado para receber a atual demanda, de aproximadamente 94 milhões de processos em tramitação no país. Herbert Carneiro observou que existe um déficit de juízes e servidores e ainda falta a implantação plena do processo judicial eletrônico.

De acordo com o desembargador, atualmente, no Estado de Minas Gerais, há mais de 70 comarcas sem juízes. “Seria preciso, no mínimo, de 200 a 300 juízes a mais, para dar conta desta demanda”, afirmou.

O magistrado ainda destaca que é preciso

que a sociedade mude a mentalidade da litigância. “É preciso que utilizemos mais a mediação, conciliação, arbitragem, como instâncias administrativas de solução de problemas, e procurar o Judiciário só quando for estritamente necessário”, disse. ●

DIREITOS TRABALHISTAS

Amagis reitera pedido de quitação de férias suspensas

Em ofício enviado ao presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Joaquim Hercula no Rodrigues, no dia 7 de maio, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, reiterou requerimento de pagamento das férias suspensas devidas aos magistrados. O requerimento é relativo ao primeiro e segundo semestres do ano de 2013. No dia 7 de janeiro deste ano, a Amagis esteve no Tribunal de Justiça, quando entregou o ofício requerendo pagamentos de direitos trabalhistas referen-

tes aos subsídios dos magistrados mineiros e das férias suspensas devidas.

A indenização aos magistrados dos períodos de férias não gozadas foi reivindicada pela Amagis, no ano passado, e aprovada pelo TJMG. Ao autorizar o pagamento, o TJMG acolheu parecer da Comissão Salarial do Tribunal, cujo relator foi o desembargador Carlos Augusto de Barros Levenhagen, que concluiu pela regularidade da indenização das férias suspensas, nos termos da Resolução 133 do CNJ. •



Ofício encaminhado ao TJ

ÓRGÃO ESPECIAL

Juíza é convocada a substituir no TJ

Tiago Parrela



Sessão foi transmitida ao vivo

O Órgão Especial do TJMG, durante sessão do dia 28 maio, convocou a juíza Ângela de Lourdes Rodrigues, da 12ª Vara de Família de Belo Horizonte, para substituir o desembargador Paulo Roberto Pereira da Silva, na 10ª Câmara Cível. Ainda no mesmo dia, os desembargadores decidiram pela abertura de procedimento administrativo contra um magistrado e aplicação da

pena de aposentadoria a outro, além de aprovar instalação de vara nas Comarcas de Pedra Azul e Igarapé.

Já no dia 14 de maio, o colegiado realizou o provimento, aprovou a solicitação de afastamento de magistrados, integrantes do TRE-MG, de suas funções junto à Justiça Comum e a reclassificação da Comarca de Ibititê na entrância especial. •

CURSO DE INVERNO

Amagis apoia eventos jurídicos

Georgia Bacvaroff



Presidente da Amagis e diretoria

Durante reunião da diretoria, realizada dia 27 de maio, a Amagis decidiu, entre outros temas, apoiar a realização de eventos jurídicos, entre eles o X Cedin - Curso de Inverno de Direito Internacional, que será realizado entre os dias 14 e 25 de julho, na Faculdade de Direito da UFMG, em Belo Horizonte. As inscrições para o curso já estão abertas e podem

ser feitas no site cedin.com.br/cursodeinverno. A associação apoiou também a realização do II Encontro de Estudos Eleitorais, promovido pela Escola Judiciária Eleitoral Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, do TRE-MG, em Mariana, dos dias 5 a 7 de junho. Demais assuntos de interesse da magistratura também foram tratados durante a reunião da diretoria. •

CONFIRA OS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DO JUDICIÁRIO MINEIRO DURANTE A COPA DO MUNDO

Haverá alteração no horário de trabalho dos servidores públicos nos dias de jogo da Seleção Brasileira, quando o expediente será encerrado três horas antes do início da partida. Caso haja jogo da Seleção Brasileira em Belo Horizonte, o expediente será encerrado cinco horas antes do início da partida. A mesma regra será aplicada em caso de classificação do Brasil às fases seguintes.

VEJA AS MUDANÇAS:

TJMG: expediente alterado nos dias 12, 17 e 23/6, das 8h às 12h30.

Justiça Federal da 1ª Região: expediente suspenso nos dias 17 e 24 de junho, e 8 de julho. Em dias de jogos da Seleção Brasileira a jornada será de 8h às 13h.

TRT da 3ª região: expediente suspenso nos dias 17 e 24 de junho, e 8 de julho, exclusivamente em Belo Horizonte. Nos dias de jogos da Seleção Brasileira, o horário será de 7h às 12h30. •

Com informações da Migalhas

APERFEIÇOAMENTO DA JUSTIÇA

Nova LODJ é aprovada em apenas quatro meses

No dia seguinte à aprovação na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), o Projeto de Lei Complementar 59, de 2014, referente à nova Lei de Organização e Divisão Judiciárias foi aprovado no Plenário da Assembleia, no dia 4 de junho, em primeiro turno.

O anteprojeto da Lei de Organização e Divisão Judiciárias (LODJ) foi entregue ao presidente da ALMG, deputado Dinis Pinheiro (PP), pelo presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Joaquim Herculano, acompanhado do presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, no dia 3 de fevereiro, numa reafirmação da parceria que marcou a elaboração da proposta da nova LODJ, garantindo avanços para a classe, consequentemente, para uma Justiça cada vez mais célere e eficiente aos cidadãos.

TRAMITAÇÃO

Em apenas 4 meses de tramitação, com o acompanhamento permanente da Amagis, o projeto passou pelas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ), Comissão de Administração Pública (APU), Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO), antes de ser aprovada no plenário da Assembleia.

Para o presidente da CCJ, deputado Sebastião Costa (PPS), as alterações propostas

Pollyanna Maliniak/ALMG



Com Herbert Carneiro, magistrados acompanham a votação

Tiago Parrela



Placar eletrônico da Assembleia confirma aprovação da maioria

no texto da nova LODJ destinam-se às disposições legais superiores e às novas realidades. O presidente da APU, o deputado Gustavo Corrêa (DEM), observou que a lei é de grande relevância para o poder público e os jurisdicionados, por conter um complexo de princípios e regras que norteiam o funcionamento e a organização da Justiça. A importância da proposta da nova LODJ também foi destacada pelo pre-

sidente da FFO, deputado Zé Maia (PSDB), na conclusão do relatório da comissão.

AVANÇOS

Entre os avanços conquistados estão o pagamento de gratificação mensal pelo exercício de direção do Foro, independentemente da quantia de varas instaladas; gratificação por motivo de cooperação ou substituição em outra comarca, na forma da Resolução do Órgão

Especial; pagamento equivalente a um subsídio a título de custeio de despesas de transporte e mudança, quando o magistrado for removido ou promovido para outra comarca (veja as principais conquistas na coluna ao lado). A última revisão da LODJ ocorreu em 2008, com base na Lei Complementar nº 105, de 14 de agosto daquele ano, sendo possível, agora, apresentar proposta de modificação. ●

VEJA ALGUMAS EMENDAS DA AMAGIS

Acréscimo de incisos ao art. 114 da L.C. nº 59, de 2001.

“...gratificação mensal pelo trabalho como membro da turma recursal, na forma da resolução do Órgão Especial do TJMG, salvo a hipótese de dedicação exclusiva”

“...gratificação por motivo de cooperação ou substituição em outra vara ou comarca, na forma da Resolução do Órgão Especial”

“...pagamento equivalente a um subsídio a título de custeio de despesas de transporte e mudança, quando o magistrado for removido ou promovido para outra comarca”

“...O magistrado em efetivo exercício, que não dispuser de residência oficial, receberá ajuda de custo para moradia, conforme Resolução do TJMG”

“...permanecer de plantão, quando escalado, nos fins de semana e feriados, com direito à compensação ou indenização a ser paga no prazo de 30 (trinta) dias após o requerimento de conversão”

“...Ao servidor público cônjuge ou companheiro (a) de magistrado (a) designado, removido ou promovido, será permitido acompanhar este, com lotação provisória na comarca, para o exercício da atividade compatível com seu cargo” ●

SEGURANÇA NOS FÓRUNS

Comarcas receberão câmeras e alarme

Adriano Boaventura

**Fórum de Montes Claros receberá o novo equipamento**

Com os recursos provenientes do Fundo Especial do Poder Judiciário (FEPJ), o Tribunal de Justiça de Minas

Gerais (TJMG) irá instalar, a partir do próximo mês, câmeras de monitoramento e alarmes em 139 prédios de 99

comarcas do Estado (veja a relação abaixo).

O fundo foi aprovado em junho de 2013, após intensa mobili-

zação da Amagis, com apoio da Frente Parlamentar de Aperfeiçoamento do Judiciário, cuja criação foi sugerida

da pela Associação. Os recursos do fundo, cerca de R\$ 130 milhões, são provenientes das custas judiciais, com destinação prevista para a melhoria das condições de segurança nos prédios dos fóruns, uma das prioridades da gestão da Amagis.

O anúncio da assinatura do contrato para a instalação do equipamento foi feito pelo presidente do TJMG, desembargador Joaquim Herculano, na abertura da sessão do Órgão Especial realizada no dia 28 de maio. O trabalho de equipagem das unidades jurisdicionais deve começar em junho deste ano e terminar em junho de 2015. Segundo o presidente, a previsão é de que todas as comarcas de Minas recebam o sistema até o final do próximo ano. ●

- SAIBA QUAIS PRÉDIOS RECEBERÃO O EQUIPAMENTO

Barbacena – Fórum, JESP

Belo Horizonte – Arquivo Jesp Criminal, CIA, Corregedoria-Geral de Justiça, DIRSEP, Ed. Mirafiori, Ed.

Previminas, Fórum Barreiro, JESP Barreiro - Juizado Especial, JESP Criminal - Juizado Especial, JESP Gutierrez, JESP Padre Rolim, TJGM Unidade Goiás (I e II), Palácio da Justiça, Unidade Raja Gabaglia, Galpão Camargos

Betim – Fórum Criminal, JESP

Bom Despacho – Fórum

Brumadinho – Fórum

Caeté – Fórum

Congonhas – Fórum

Contagem – Fórum, JESP, IIJ-Vara da Infância e da Juventude, Prédio das Varas de Fazenda, Prédio das Varas de Família,

Coronel Fabriciano – Fórum

Curvelo – Fórum

Divinópolis – Fórum, JESP, Vara de Faz. Pública e Autarquias

Ibirité – Fórum/Jesp

Ipatinga – Fórum, Jesp

Itabira – Fórum

Itaúna – Fórum

João Monlevade – Fórum/ JESP

Lagoa Santa – Fórum

Mariana – Fórum

Mateus Leme – Fórum

Matozinhos – Fórum

Nova Lima – Fórum

Oliveira – Fórum

Ouro Preto – Fórum

Criminal/JESP

Pará de Minas – Fórum

Pedro Leopoldo – Fórum

Pitangui – Fórum

Ponte Nova – Fórum/ JESP

Ribeirão das Neves

– Fórum Cível, Fórum Criminal/ JESP, Vara de Execuções Criminais Praça da Esplanada

Sabará – Fórum

São João Del-Rei – Fórum/Anexo – Fórum

Sete Lagoas – Fórum, JESP

Timóteo – Fórum/JESP

Vespasiano – Fórum

Viçosa – Fórum/JESP

Além Paraíba – Fórum

Alfenas – Fórum

Almenara – Fórum

Andradas – Fórum

Araçuaí – Fórum

Araguari – Fórum

Araxá – Fórum

Boa Esperança – Fórum

Bocaiúva – Fórum

Cambuí – Fórum

Campo Belo – Fórum

Carangola – Fórum

Caratinga – Fórum

Cássia – Fórum

Cataguases – Fórum

Diamantina – Fórum,

Fórum – Anexo I

Formiga – Fórum

Frutal – Fórum

Governador

Valadares – Fórum,

Juizado Especial

Guanhães – Fórum

Guaxupé – Fórum

Inhapim – Fórum

Itajubá – Fórum

Itambacuri – Fórum

Ituiutaba – Fórum

Iturama – Fórum

Janaúba – Fórum

Januária – Fórum

João Pinheiro – Fórum

Juiz de Fora – Fórum,

JESP

Lagoa da Prata – Fórum

Lavras – Fórum

Manhuaçu – Fórum

Manhumirim – Fórum

Mantena – Fórum

Monte Carmelo – Fórum

Montes Claros – Fórum, JESP

Nanuque – Fórum

Ouro Fino – Fórum

Paracatu – Fórum

Passos – Fórum

Patos de Minas – Fórum

Patos de Minas – JESP

Patrocínio – Fórum

Pirapora – Fórum

Piumhi – Fórum

Poços de Caldas

– Fórum, JESP, IIJ/

Psicologia/Assessores

Pouso Alegre – Fórum

Sacramento – Fórum

Santa Rita do Sapucaí

– Fórum

Santos Dumont – Fórum

São Francisco – Fórum

São Gonçalo do Sapucaí

– Fórum

São João Nepomuceno

– Fórum

São Lourenço – Fórum

São Sebast. do Paraíso

– Fórum

Teófilo Otôni – Fórum, JESP

Três Corações – Fórum

Três Pontas – Fórum

Ubá – Fórum

Uberaba – Fórum,

JESP, Vara da Infância e Juventude

Uberlândia – Fórum,

JESP, Anexo II – Fórum

Unaí – Fórum

Varginha – Fórum,

JESP

Várzea da Palma – Fórum

Visconde do Rio Branco

– Fórum

ESTADO DE DIREITO

Amagis promove ato em defesa de juízes

**Magistrados e o presidente da Amagis reúnem-se em Montes Claros**

Dois dias depois da tentativa de invasão do Fórum de Montes Claros (Norte de Minas), o presidente da Amagis, desembargador

Herbert Carneiro, foi à Comarca, no dia 29 de maio, manifestar apoio público aos juízes e repúdio ao episódio. No dia 27, um

grupo insatisfeito com uma decisão judicial criou tumulto na porta do fórum e ainda agrediu um policial militar na cabeça.

Em nota pública, no dia 28, Herbert Carneiro demonstrou a indignação da Amagis diante do ocorrido e ressaltou que o direito à mani-

festação é legítimo, desde que exercido na legalidade e no respeito às instituições mais caras à democracia e à cidadania. “Respeitar uma sentença judicial, ou contestá-la em foro adequado, é respeitar as regras da ordem jurídica, o que é fundamental para o alcance da almejada paz social”, afirmou Herbert Carneiro.

Além do ato de apoio aos juízes, em Montes Claros, o presidente da Amagis concedeu entrevista coletiva à imprensa, quando reforçou a posição da Associação. Participaram do encontro, os juízes Marcos Antônio Ferreira, diretor da seccional da Amagis em Montes Claros; Isaias Veloso, secretário da Seccional; Leopoldo Mameluke, Francisco Lacerda e Antônio Rosa e as juízas Isabela Freire e Cibele Lopes. ●

CONFORTO E LAZER

Comissão vai preparar novo regulamento

Arquivo Amagis

**Centro de Apoio ao Magistrado em Trânsito**

Com o objetivo de propiciar, cada vez mais, uma convivência saudável e respeitosa nas dependências dos ambientes sociais da Amagis, o presidente Herbert Carneiro nomeou, dia 29 de maio, uma Comissão para estudos e aperfeiçoamen-

to do regulamento do CAMT (Centro de Apoio ao Magistrado em Trânsito), Colônias de Férias, Parque Esportivo e Salão de Festas da Associação. Formada pelos desembargadores Armando Freire (coordenador), Márcio Idalmo Santos Miranda

e Márcio Eustáquio Santos e pelos juízes José Francisco Gomes e Livia Lúcia Oliveira Borba, a Comissão contará com a estrutura da Amagis e o apoio dos servidores e terá prazo de 60 dias para conclusão e apresentação dos trabalhos realizados. ●

HISTÓRIA

Presidente recebe medalha do Manifesto dos Mineiros

Adriano Boaventura

**Marcos H. Caldeira Brant e Herbert Carneiro**

O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, foi homenageado, no dia 28 de maio, com a Medalha Comemorativa dos 70 anos do Manifesto dos Mineiros e a edição fac-similar do manifesto. A entrega

da honraria foi feita na sede da Associação pelo juiz Marcos Henrique Caldeira Brant, que é membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. O Manifesto dos Mineiros é uma declaração pública, de 1943, feita

por intelectuais, industriais, juristas, fazendeiros e políticos do Estado de Minas Gerais em defesa da redemocratização e do fim do Estado Novo, regime autoritário comandado por Getúlio Vargas de 1937 a 1945. ●

RESOLUÇÃO

Comissão da Amagis irá sugerir critérios de promoção ao CNJ

Tiago Parrela

**Integrantes da Comissão receberam propostas de aprimoramento**

A Amagis enviou, dia 4 de junho, ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), as propostas formuladas pelos magistrados mineiros para a resolução que regulamenta os procedimentos de promoção de juízes aos tribunais de 2º grau, bem como critérios para aferição de merecimento.

As sugestões foram enviadas por magistrados mineiros à Comissão nomeada pelo presidente da Amagis, Herbert Carneiro, no dia 8 de maio, atendendo à decisão do CNJ de colher sugestões das Associações de magistrados. Durante reuniões realizadas na sede da Amagis, os membros da comissão verificaram as

possibilidades legais e constitucionais para que as sugestões pudessem ser encaminhadas ao Conselho. Veja no site da Amagis as propostas apresentadas.

A comissão da Amagis é formada pelos seguintes magistrados: Juíza Luzia Peixoto, vice-presidente da Amagis (coordenadora); Eveline Mendonça Félix Gonçalves, Cristiana Martins Gualberto Ribeiro, Agnaldo Rodrigues Pereira, Antônio Carlos Parreira, Marcelo Carlos Cândido e Gilson Soares Lemes.

BRASÍLIA

O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, participou, no dia 30 de maio,

em Brasília, do workshop realizado pelo CNJ, com o objetivo de discutir a regulamentação da promoção por merecimento na magistratura.

Durante o evento, representantes de tri-

bunais, associações e escolas da magistratura discutiram as diretrizes gerais da proposta de nova regulamentação da promoção por merecimento, os aspectos materiais da promoção

e critérios de escolha, aspectos procedimentais do processo de promoção e autonomia dos tribunais, aspectos materiais da promoção, e simulação de hipóteses. ●

PESQUISA AMAGIS/DOM HELDER

Amagis solicita orientação sobre arquivos



iniciativa tomada durante a Pesquisa Amagis/Dom Helder Câmara/2014, sobre a situação dos arquivos de processos.

Herbert Carneiro requereu os esclarecimentos sobre medidas adotadas pelo TJ com o propósito de cumprimento das normas do CNJ. ●

EXECUÇÃO PENAL

Criada comissão para aprimorar nova LEP

Os magistrados mineiros poderão ajudar a aprimorar o texto da Lei de Execução Penal brasileira. Há um projeto de lei em tramitação no Senado (PL 513/2013 – disponível no site da Amagis). A Associação criou uma comissão para estudá-lo, a fim de que seja elaborado um documento com propostas de mudanças. O presidente da Amagis, Herbert Carneiro, designou o juiz Thiago Colnago, da comarca de Governador Valadares, como coordenador da comissão.

A colaboração dos magistrados, acostumados a lidar com a execução penal no dia a dia, é fundamental. Envie suas sugestões para o e-mail lep@amagis.com.br. Também fazem parte da comissão, os juízes Lourenço Migliorini Fonseca, Evandro Cangussu Melo, Eduardo Ferreira Costa e Eriton José Santana Magalhães e as juízas Miriam Vaz Chagas e Ana Régia Santos Chagas. ●

EDITAIS

TJMG atende a requerimento da Associação



O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, encaminhou ofício ao presidente do TJMG, desembargador Joaquim Herculano, no dia 27 de maio, requerendo a abertura de editais de promoção/remoção para a entrância especial. Em atendimento ao requerimento, feito em nome dos juízes mineiros, o presidente do TJMG autorizou a abertura dos editais. Veja os documentos no site da Amagis – www.amagis.com.br. ●

Renata Caldeira/TJMG



ENTREVISTA >>

DESEMBARGADOR PEDRO CARLOS
BITENCOURT MARCONDES

Presidente eleito do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, o desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes toma posse no cargo no dia 30 de junho. Eleito após a alteração no Regimento Interno do Tribunal, que abriu a possibilidade de candidatura para todos os desembargadores, Bitencourt Marcondes é paulista da cidade de Caçapava e ingressou na magistratura mineira há 25 anos. O desembargador concedeu entrevista ao programa Pensamento Jurídico da Amagis. Confira alguns dos principais trechos da entrevista. A entrevista completa será exibida no dia 14 de junho, às 18h30, na TV Justiça.

Qual é o tamanho do desafio que o senhor terá pela frente ao administrar um Tribunal, que é o segundo maior do país?

O orçamento deste ano é de 4 bilhões e 400 milhões de reais para 298 comarcas, 16 mil servidores na ativa, 1.038 juízes, também na ativa, e 700 imóveis. É um desafio muito grande, porque esse orçamento é maior do que de muito estado federado do Brasil. O que precisamos é de planejamento de longo prazo, que chamamos de planejamento estratégico, o orçamento em consonância com esse planejamento para que possamos atingir nossa missão, que é a de uma prestação jurisdicional célere e eficiente.

Por não ter um orçamento próprio, o Judiciário fica dependente dos outros poderes quando precisa de mais recursos. Como solucionar essa discriminação, nesse equilíbrio entre os Três Poderes?

O projeto de lei que aprova o orçamento do ano subsequente

é dotado de despesas e recursos e isso é conferido ao Poder Judiciário, é uma previsão do que ele vai gastar durante o ano. Eventualmente, pode ocorrer que esses recursos não sejam suficientes para as despesas programadas e há a necessidade de suplementação orçamentária. Mas isso, normalmente, nós procuramos que não haja necessidade.

Além desse repasse feito pelo Executivo, qual é a principal fonte de receita do Judiciário?

Nós dividimos o orçamento em dois. Um orçamento de custeio e investimentos e outro de pessoal. O orçamento de pessoal vem da fonte do Tesouro Estadual e as despesas correntes de custeio e de investimento vêm de recursos como taxa judiciária, depósitos judiciais, entre outros.

Esse planejamento é muito importante para racionalizar os gastos e despesas do Tribunal?

Planejar é estabelecer metas, é definir para

onde se quer ir e onde se quer chegar, quais são os objetivos a serem atingidos. O orçamento é feito justamente para possibilitar isso e ele tem de estar casado com o planejamento, de forma efetiva e não somente formal, mas que seja cumprido.

Além de gerenciar essa máquina, o senhor tem também o desafio de modernizá-la e trazer mais eficiência.

Como os recursos são finitos, nós temos de buscar mecanismos para que esses desafios, ou seja, para que a prestação jurisdicional seja otimizada, célere e com qualidade. O que se busca hoje é o processo eletrônico e sua implantação, principalmente, na primeira instância. Na minha administração, o foco será para a primeira instância, seja na questão de pessoal, na gestão de comarcas e na implementação do processo eletrônico. Estabelecer uma política clara, duradoura, com um cronograma de implementação do

processo eletrônico na primeira instância.

Além do processo eletrônico, a boa gestão depende de práticas inovadoras e do planejamento estratégico. Existe um modelo de gestão?

Existem sim modelos de gestão. O que se precisa e o que acho que é fundamental é que o planejamento tem de ter medição do que foi planejado, do que foi executado, qual é o resultado, qual é o grau de execução, porque é a única forma de saber se o planejamento está sendo seguido ou não. Porque do contrário não tem sentido planejar. O que acontece com o planejamento estratégico de alguns tribunais, como o nosso, é que as iniciativas são várias, temos mais de 40. Acho que seria melhor se restringíssemos esse número e que cumpríssemos, com início, meio e fim, as iniciativas ligadas à infraestrutura, que são três as principais: a implementação do Processo Eletrônico, a gestão de comarcas e a gestão de pessoal. ●

“

Na minha administração, o foco será para a primeira instância, seja na questão de pessoal, na gestão de comarcas e na implementação do processo eletrônico

Planejar é estabelecer metas, é definir para onde se quer ir e onde se quer chegar, quais são os objetivos a serem atingidos.

É um desafio muito grande, porque esse orçamento é maior do que de muito estado federado do Brasil.

”

COPA 2014

Brasil busca hexacampeonato para esquecer o 'maracanazo'

Depois de pouco mais de seis décadas, o Brasil volta a sediar a Copa do Mundo. Em um período no qual o futebol brasileiro ainda se dividia entre o amadorismo e profissionalismo, a seleção de 1950 tinha no elenco craques como Ademir Marques de Menezes, o "Queixada", Jair da Rosa Pinto, Thomaz Soares da Silva, o Zizinho, Nilton Santos, a enciclopédia do futebol, e era considerada favorita ao título. Mas, na final, faltando apenas 11 minutos o gol do atacante uruguaio Ghiggia, silenciou os cerca de 200 mil torcedores presentes no Maracanã e sagrou a Celeste Olímpica campeã, surgindo assim o Maracanazo.

Nesses 64 anos, o futebol brasileiro foi profissionalizado, gerações de jogadores conquistaram espaço nos melhores times do mundo, a seleção brasileira ganhou cinco mundiais, encantando fãs do esporte brevemente em todo planeta. O título mais recente, a Copa das Confederações de 2013, deu confiança ao time de Neymar, Fred, Oscar

e Tiago Silva, e, hoje, a seleção brasileira é apontada como uma das favoritas para a conquista da Copa do Mundo de 2014, cuja final será disputada novamente no Maracanã, dando a chance aos comandados de Luiz Felipe Scolari de reescrever a história do mundial no país.

A tarefa não será fácil, pois entre os 32 países que disputarão o mundial estão Espanha (última campeã), Alemanha e Argentina, apontadas como candidatas ao título. Até a final, no dia 13 de julho, serão disputadas 62 partidas. A bola começou a rolar na fase classificatória, mas a força das seleções favoritas, entre elas a do Brasil, começará ser medida a partir das oitavas de final. Em todo mundo, milhares de torcedores apaixonados irão vibrar e sofrer com os seus times. E não será diferente com os anfitriões da competição, os brasileiros, que esperam com a conquista do hexacampeonato virar uma página da história do futebol nacional, afastando de vez o fantasma do Maracanazo. ●

- CONHEÇA AS 4 SELEÇÕES FAVORITAS AO TÍTULO

15
participações

ARGENTINA

Goleiros: Romero, Andújar e Orion.**Defensores:** Zabaleta, Fernández, Garay, Marcos Rojo, Campagnaro, José Basanta e Demichelis.**Meio-campistas:** Mascherano, Fernando Gago, Di María, Biglia, Max Rodríguez, Fernández, Álvarez e Pérez.**Atacantes:** Messi, Agüero, Higuaín, Palacio e Lavezzi.**Bicampeão (78/86)****Técnico:**
Alejandro Sabella19
participações

BRASIL

Goleiros: Júlio César, Jefferson e Victor.**Defensores:** Daniel Alves, Marcelo, Maxwell, Maicon, Thiago Silva, David Luiz, Dante e Henrique.**Meio-campistas:** Luiz Gustavo, Paulinho, Fernandinho, Hernanes, Oscar, Willian e Ramires.**Atacantes:** Neymar, Fred, Hulk, Jô e Bernard**Pentacampeão (58/62/70/94/02)****Técnico:**
Luiz Felipe Scolari17
participações

ALEMANHA

Goleiros: Neuer, Weidenfeller e Ron-Robert Zieler**Defensores:** Boateng, Durm, Grosskreutz, Höwedes, Hummels, Lahm e Mertesacker**Meio-campistas:** Draxle, Matthias Ginter, Mario Götze, Khedira, Kramer, Toni Kroos, Thomas Müller, Özil, Reus e Schweinsteiger**Atacantes:** Klose, Podolski e Schurrle.**Tricampeão (54/74/90)****Técnico:**
Joachim Löw13
participações

ESPANHA

Goleiros: Iker Casillas, Reina e De Gea**Defensores:** Azpilicueta, Ramos, Piqué, Albiol, Juanfran, Javi Martínez e Jordi Alba**Meio-campistas:** Busquets, Xabi Alonso, Koke, Mata, David Silva, Cazorla, Xavi, Iniesta e Fábregas**Atacantes:** Diego Costa, Fernando Torres, Pedro e David Villa**Campeão (2010)****Técnico:**
Vicente Del Bosque

Reprodução da internet

**Gol de Ghiggia marcou a vida do goleiro Barbosa**

Tabela da Copa

Brasil 2014

GRUPO A	JOGOS	LOCAL	GRUPO B	JOGOS	LOCAL
12/6 17h	BRASIL ☒ Croácia	São Paulo	13/6 16h	Espanha ☒ Holanda	Salvador
13/6 13h	México ☒ Camarões	Natal	13/6 18h	Chile ☒ Austrália	Cuiabá
17/6 16h	BRASIL ☒ México	Fortaleza	18/6 16h	Espanha ☒ Chile	Rio de Janeiro
18/6 18h	Camarões ☒ Croácia	Manaus	18/6 13h	Austrália ☒ Holanda	Porto Alegre
23/6 17h	Camarões ☒ BRASIL	Brasília	23/6 13h	Austrália ☒ Espanha	Curitiba
23/6 17h	Croácia ☒ México	Recife	23/6 13h	Holanda ☒ Chile	São Paulo

GRUPO C	JOGOS	LOCAL	GRUPO D	JOGOS	LOCAL
14/6 13h	Colômbia ☒ Grécia	Belo Horizonte	14/6 16h	Uruguai ☒ Costa Rica	Fortaleza
14/6 22h	Costa do M. ☒ Japão	Recife	14/6 18h	Ingllaterra ☒ Itália	Manaus
19/6 13h	Colômbia ☒ Costa do M.	Brasília	19/6 16h	Uruguai ☒ Inglaterra	São Paulo
19/6 19h	Japão ☒ Grécia	Natal	20/6 13h	Itália ☒ Costa Rica	Recife
24/6 16h	Japão ☒ Colômbia	Cuiabá	24/6 13h	Itália ☒ Uruguai	Natal
24/6 17h	Grécia ☒ Costa do M.	Fortaleza	24/6 13h	Costa Rica ☒ Inglaterra	Belo Horizonte

GRUPO E	JOGOS	LOCAL	GRUPO F	JOGOS	LOCAL
15/6 13h	Suíça ☒ Equador	Brasília	15/6 19h	Argentina ☒ Bósnia	Rio de Janeiro
15/6 16h	França ☒ Honduras	Porto Alegre	16/6 16h	Irã ☒ Nigéria	Curitiba
20/6 16h	Suíça ☒ França	Salvador	21/6 13h	Argentina ☒ Irã	Belo Horizonte
20/6 19h	Honduras ☒ Equador	Curitiba	21/6 18h	Nigéria ☒ Bósnia	Cuiabá
25/6 16h	Honduras ☒ Suíça	Manaus	25/6 13h	Nigéria ☒ Argentina	Porto Alegre
25/6 17h	Equador ☒ França	Rio de Janeiro	25/6 13h	Bósnia ☒ Inglaterra	Salvador

GRUPO G	JOGOS	LOCAL	GRUPO H	JOGOS	LOCAL
16/6 13h	Alemanha ☒ Portugal	Salvador	17/6 13h	Bélgica ☒ Argélia	Belo Horizonte
16/6 19h	Gana ☒ EUA	Natal	17/6 18h	Rússia ☒ Coréia do Sul	Cuiabá
21/6 16h	Alemanha ☒ Gana	Fortaleza	22/6 13h	Bélgica ☒ Rússia	Rio de Janeiro
22/6 18h	EUA ☒ Portugal	Manaus	22/6 16h	Coréia do Sul ☒ Argélia	Porto Alegre
26/6 13h	EUA ☒ Alemanha	Recife	26/6 17h	Coréia do Sul ☒ Bélgica	São Paulo
26/6 13h	Portugal ☒ Gana	Brasília	26/6 17h	Argélia ☒ Rússia	Curitiba

OITAVAS DE FINAL	QUARTAS DE FINAL	SEMIFINAIS	FINAL
28/6 - 13h - Sábado - Belo Horizonte	04/7 - 17h - Sexta - Fortaleza	08/7 - 17h - Terça - Belo Horizonte	13/7 - 16h - Domingo - Rio de Janeiro
1ºA			
2ºB			
28/6 - 17h - Sábado - Rio de Janeiro			
1ºC			
2ºD			
30/6 - 13h - Segunda - Brasília	04/7 - 13h - Sexta - Rio de Janeiro		
1ºE			
2ºF			
30/6 - 17h - Segunda - Porto Alegre			
1ºG			
2ºH			
29/6 - 13h - Domingo - Fortaleza	05/7 - 17h - Sábado - Salvador	09/7 - 17h - Quarta - São Paulo	
1ºB			
2ºA			
29/6 - 17h - Domingo - Recife			
1ºD			
2ºC			
01/7 - 13h - Terça - São Paulo	05/7 - 13h - Sábado - Brasília		
1ºF			
2ºE			
01/7 - 17h - Terça - Salvador			
1ºH			
2ºG			

TERCEIRO LUGAR
12/7 - 17h - Sábado - Brasília



INTERLOCUÇÃO

Diretoria da Amagis recebe visita de Fernando Pimentel

Georgia Baçvaroff

**Ex-ministro destacou caráter democrático do Judiciário****Fernando Pimentel e Herbert Carneiro**

O ex-ministro do Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio Exterior e ex-prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, fez uma visita de cortesia à diretoria da Amagis, no dia 29 de maio.

Durante a reunião, foi discutido o papel e a importância do Judiciário e dos magistrados para o estado de direito democrático. “Um Judiciário bem equipado, com condições de julgar adequadamente as causas, os processos, ajuda muito na gestão administrativa”, afirmou Fernando Pimentel.

O presidente da Amagis, Herbert Carneiro agradeceu à visita e disse que a conversa foi bastante proveitosa. O ex-ministro estava acom-

panhado do deputado Durval Ângelo e do advogado Marco Antônio Teixeira.

Além do desembargador Herbert Carneiro, participaram da reunião o desembargador Reynaldo Ximenes, ex-presidente da Amagis; a juíza Luzia Peixoto, vice-presidente Administrativa; o juiz Maurício Soares, vice-presidente de Saúde; o desembargador Tiago Pinto, vice-presidente Sociocultural-Esportivo; o desembargador Edison Feital, diretor de Saúde; o juiz José Martinho Nunes Coelho, diretor-tesoureiro; a juíza Riza Nery, diretora do Parque Esportivo; a juíza Rosimere Couto, diretora de Comunicação, e o juiz Haroldo André Toscano de Oliveira. ●

DÍÁLOGO

Parlamentares visitam a Associação

Mantendo diálogo permanente com o Legislativo, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, rece-

beu a visita do deputado Gustavo Corrêa, presidente da Comissão de Administração Pública da ALMG, no dia 27 de maio,

quando foram debatidos temas de interesse da magistratura mineira. No dia 28 de maio, esteve na sede da Amagis, o depu-

tado estadual Gilberto Abramo e o bispo Adilson Silva, da Igreja Universal do Reino de Deus, convidando o presidente da

Amagis para a cerimônia de inauguração do Templo de Salomão, que acontecerá em julho, em São Paulo. ●

Georgia Baçvaroff

**Herbert Carneiro e deputado Gustavo Corrêa**

Adriano Boaventura

**Deputado Gilberto Abramo, Herbert Carneiro e Adilson Silva**

SAÚDE MENTAL

Grupo de Estudos é lançado em JF para traçar diagnóstico

Georgia Bacvaroff



Conhecer as doenças mentais e suas complexidades, traçar um panorama de diagnósticos desse tipo de doença que envolve profissionais da área do Direito e propor políticas e ações. Esses são os objetivos do Gesam – Grupo de Estudos sobre Saúde Mental no âmbito do Judiciário. O grupo foi lançado no dia 9 de maio, na Universidade Federal de Juiz de Fora, e é formado por um grupo multidisciplinar de profissionais do Direito, da Psicologia e da Psiquiatria. O juiz Maurício Soares, vice-presidente de Saúde da Amagis, é um dos membros do Gesam.

Durante a solenidade de lançamento, que contou com a participação da ministra Maria de Assis Calsing, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), a coordenadora do Gesam, a psicanalista Judith Euchares Ricardo de Albuquerque, destacou a importância do estudo no âmbito do Judiciário, sobretudo no cenário no qual atuam, hoje, os operadores do Direito. De acordo com ela, alguns profissionais do Judiciário adoecem pelas condições e sobrecarga de trabalho e, muitas vezes, optam pelo silêncio, o que nesses casos, pode não ser positivo.

No dia 27 de maio, o vice-presidente de Saúde da Amagis, juiz Maurício Soares, participou, em Brasília, de reunião com o conselheiro do CNJ, Rubens Curado, na qual foi debatida a questão dos portadores de sofrimento mental no âmbito do Judiciário, a fim de que o Conselho possa abordar e regulamentar o tema. ●

Solenidade foi realizada na UFJF

CNJ

Amagis debate direito à saúde

Gedeão Dias / TJSP

**Jornada da Saúde foi realizada em SP**

O vice-presidente da Saúde, juiz Maurício Soares, participou da 1ª Jornada de Direito da Saúde, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), entre os dias 14 e 16 de maio, em São Paulo. Durante o evento, quando foram debatidas temas como a saúde suplementar e o biodireito, e foram aprovados 45 enunciados sobre for-

necimentos de prôteses e consequências jurídicas, entre outros.

De acordo com o juiz Renato Dresch, membro e coordenador dos Comitês Executivos Estaduais e Nacionais da Saúde do CNJ, embora os enunciados não tenham efeito vinculante, podem ser úteis para consulta no momento de decidir. ●

EXECUÇÃO PENAL

Sistema é abordado em Congresso

Tiago Parrela

**Congresso foi realizado na Universidade Fumec**

O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, participou, dia 23 de maio, do Congresso Brasileiro de Segurança Pública e Violência Urbana, realizado pela Universidade Fumec, em Belo Horizonte, em parceria com a OAB/MG.

O magistrado abordou o sistema penitenciário e a execução penal, destacando os trinta anos de vigên-

cia da Lei de Execução Penal e as dificuldades pela qual passa o sistema penitenciário.

Herbert Carneiro defendeu maior investimento, pelo Governo Federal, na aplicação de penas e destacou a bem-sucedida experiência das Apacs, cuja expansão é recomendada pelo CNJ como forma de redução da reincidência criminal no país. ●

ITAMONTE

TJMG inaugura Fórum e homenageia magistrado

O TJMG inaugurou, no dia 9 de maio, o Fórum Professor Antonio Levenhagen, na Comarca de Itamonte, Sul de Minas. O prédio recebeu o nome do magistrado que já foi juiz na região e pai do presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Antonio José de Barros Levenhagen, e do desembargador do TJMG, Carlos Augusto de Barros Levenhagen, ex-presidente da Amagis. Além deles, participaram o governador Alberto Pinto Coelho, o presidente da Assembleia Legislativa, Dinis Pinheiro, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, entre outros.

O presidente do TST, ministro Antonio José Barros Levenhagen, lembrou que seu pai era um homem empreendedor, mas que acreditava na sua vocação para a magistratura, tendo jamais abdicado de sua função.

O diretor do foro, juiz Ronaldo Ribas da Cruz, destacou sua perplexidade quando foi designado para essa comarca, devido à precariedade em que se encontrava o fórum. O presidente do TJMG desejou êxito a todos que irão trabalhar no Fórum de Itamonte.

ESTRUTURA

O novo fórum possui uma área de 937 metros quadrados construídos, terá a capacidade para a instalação de uma nova vara, além da única existente, e poderá abrigar as acomodações do salão do júri,

Tiago Parrela



Autoridades reunidas para inauguração em Itamonte



Baía Borges, 2º vice-presidente do TJMG; Aldina Soares, diretora do Foro de Santa Luzia; e Audebert Delage, corregedor-geral de Justiça

assistência social, defensoria pública, OAB, Ministério Público e toda estrutura forense.

PROFESSOR ANTONIO LEVENHAGEN

Antonio José de Souza Levenhagen nasceu em Baependi, em 1915, e foi magistrado nas comarcas de Itanhandu (que, à época, englobava o município de Itamonte), Ervália, Passa

Quatro e Diamantina. O magistrado também foi professor na Faculdade de Direito de Varginha e escreveu vinte e seis obras jurídicas.

NOVAS INSTALAÇÕES

O TJMG inaugurou a reforma e ampliação promovida nas Comarcas de Ibiá, Lambari e Oliveira, nos dias 25 de abril, 9 de maio e 27 de maio, respectivamente.

Além disso, o TJMG também instalou na Comarca de Nova Serrana, no dia 23 de maio, a Vara de Família, Sucessões e do Juizado Especial Cível e Criminal, e, no dia 27 de maio, na Comarca de Santa Luzia, a 4ª Vara Cível. Já no dia 19 de maio, a Câmara de Municipal de Varginha aprovou a cessão de terreno ao TJMG para a construção de novo fórum na comarca. ●

CNJ CRIA POLÍTICA PARA PRIMEIRO GRAU

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) instituiu a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, como forma de atacar algumas das causas do mau funcionamento da primeira instância do Judiciário. A Resolução nº 19 foi publicada no dia 28 de maio e, além de instituir a política, regula o seu funcionamento.

Entre as linhas de atuação que nortearão a implementação da política, estão equalizar a força de trabalho entre o primeiro e o segundo graus, prover infraestrutura e tecnologias apropriadas ao funcionamento dos serviços judiciais, fomentar a participação de magistrados e servidores na governança da instituição, fomentar a capacitação contínua e incentivar o diálogo com a sociedade e com instituições públicas e privadas, entre outras.

Os tribunais deverão, no prazo de 120 dias, encaminhar ao CNJ plano de ação para o alcance dos objetivos da política em seus âmbitos internos. ●

SÁLVIO DE FIGUEIREDO

Cerimônia destaca legado de ministro

Georgia Bacvaroff



Homenagem aconteceu em BH

Pioneiro da educação jurídica e um dos fundadores da Faculdade Milton Campos, o ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira foi homenageado, no dia 5 de maio, um ano depois de sua morte, pelo Instituto dos Advogados de Minas Gerais (IAMG), Faculdade Milton Campos e Academia Mineira de Letras Jurídicas, em cerimônia realizada no auditório da Faculdade. O juiz Bruno Terra, ex-presidente da

Amagis, representou o presidente da Associação na solenidade.

Além de uma palestra sobre a trajetória do homenageado, proferida pelo ministro aposentado do STJ, Adhemar Ferreira Maciel, foi inaugurada, no prédio da Faculdade Milton Campos, a Biblioteca Sálvio de Figueiredo Teixeira, durante a solenidade. O ministro faleceu no dia 15 de fevereiro de 2013. ●

ACESSO À INFORMAÇÃO

Ouvidoria amplia interlocução

Marcelo Albert



Atendimento à sociedade foi ampliado

A Ouvidoria do TJMG está concluindo seu projeto de estruturação, e divulgou, no mês de maio, um prospecto com informações sobre o Órgão, seus objetivos, atribuições e temas de atuação.

Os interessados em tirar dúvidas, enviar reclamações, sugestões e elogios podem entrar em contato com a Ouvidoria utilizando o formulário eletrônico

disponível no portal do TJMG, clicando na opção Ouvidoria, no alto da página, o formulário impresso disponível nos protocolos do Poder Judiciário, e de 12h às 18h pelo telefone 0800-283-3933 ou enviando correspondência para a Avenida Álvares Cabral, 200, 5º andar, sala 508, CEP 30.170-000, Belo Horizonte, Minas Gerais. ●

CIÊNCIA PENAL

Magistrados participam de congresso

Felipe Staino



Debates foram realizados na UFMG

Como parte da programação do III Congresso de Ciências Penais realizado, no dia 9 de maio, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, com o apoio da Amagis, o desembargador Geraldo Prado, do TJRJ, e os juízes mineiros Antonio Pêcego e Thiago Gandra (que representou o presidente da Associação,

desembargador Herbert Carneiro), participaram da conferência sobre “a prova penal e sistema de controles epistêmicos”.

Durante o congresso, foram debatidos temas como a expansão do Direito Penal, a realidade da Justiça Brasileira, colaboração premiada e os sujeitos processuais, processo penal cautelar, e paridade de Armas no Processo Penal. ●

SETOR ELÉTRICO

Amagis participa de seminário jurídico

Tiago Parrela



Ministro Teori Zavaski na palestra inaugural

A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) realizou, nos dias 22 e 23 de maio, no Centro de Arte Contemporânea Inhotim, em Brumadinho (Grande BH), o XII Seminário Jurídico do Instituto Abradee.

A palestra inaugural foi proferida pelo ministro Teori Zavaski, do Supremo Tribunal Federal (STF), sobre “A Constitui-

ção e os Serviços Concedidos”, em mesa coordenada pelo presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro.

No segundo dia, o ministro Gilmar Mendes, do STF, falou sobre as relações do Poder Judiciário com a economia e os serviços públicos. O debate foi coordenado pelo presidente eleito do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt. ●

ELEIÇÕES 2014

TRE-MG APROVA RESOLUÇÃO REFERENTE AO CONTROLE DE CONTAS

O TRE-MG aprovou, no dia 22 de maio, resolução que regulamenta os procedimentos referentes ao controle da prestação de contas dos partidos políticos candidatos e comitês financeiros nas eleições de 2014, no âmbito da Justiça Eleitoral mineira.

Uma das novidades é a instituição de controle de contas através de emissão de nota fiscal eletrônica, no qual os municípios mineiros terão até o 15º dia útil de outubro de 2014 para enviar ao Tribunal as informações relativas à aquisição de bens ou prestação de serviços efetuadas por candidatos, partidos ou comitês financeiros no período compreendido entre 5 de julho a 5 de outubro de 2014.

A resolução também orienta a data de registro dos comitês financeiros perante a Justiça Eleitoral, que está autorizada a requisitar informações aos potenciais doadores e fornecedores de bens ou serviços aos candidatos. Além disso, fixa normas para fiscalização da comercialização de bens e serviços e promoção de eventos que visam arrecadar recursos para a campanha eleitoral. ●

Com informações do TRE-MG

LITERATURA

Amagis incentiva concurso de Contos da Juventude

Divulgação



O “livro de Graça na Praça” é um dos principais projetos de incentivo à leitura do Estado

Será realizado, com apoio da Amagis, o I Concurso Mineiro de Contos da Juventude, evento cultural que busca reconhecer e incentivar o talento dos jovens mineiros através da literatura. A Associação assinou termo de cooperação técnica com a Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Academia Mineira de Letras, Academia Mineira de Letras do Ministério Público,

Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais e o Projeto Livro de Graça na Praça, para a realização do evento, destinado a alunos regularmente matriculados em escolas do ensino médio – públicas ou particulares – residentes e domiciliados nas cidades de Belo Horizonte, Contagem, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Uberlândia, Varginha e circunvizinhas a essas.

O objetivo é contribuir para a difusão cultural no âmbito estadual e estimular a prosa literária no formato de conto.

O prazo para entregar os contos encerrou-se no dia 30 de maio. O tema foi livre, e os textos devem ser originais e inéditos. As comissões julgadoras serão escolhidas pelas entidades promotoras do concurso e deverão levar em consideração, durante a análise dos

contos, a criatividade e originalidade do tema proposto; objetividade, clareza e organização das ideias e adequação e correção da linguagem utilizada no texto.

O resultado será divulgado nos sites das entidades promotoras do concurso e publicado no jornal Minas Gerais até o dia 30 de julho de 2014. O edital do concurso está disponível no site da Amagis (www.amagis.com.br).

MAGISCULTURA

Até o dia 4 de agosto, os magistrados que quiserem apresentar seus trabalhos literários para a próxima edição da MagisCultura podem enviar os textos digitados, com no máximo 10 mil caracteres, para o email imprensa@amagis.com.br. Podem ser enviados artigos, ensaios, contos, poesias, resenhas etc, sendo inéditos e sempre com viés cultural. Não serão publicados textos de teses políticas, discursos, homenagens pessoais e necrológicos. Todos os textos são analisados pelo Conselho Editorial da revista.

Desde 2009, a Amagis edita a MagisCultura, publicação que reúne ensaios, artigos, poesias, contos, crônicas e resenhas produzidos por magistrados mineiros, e convidados, bem como a Amagis Jurídica, que reúne textos científicos dos magistrados e convidados. Ambas têm periodicidade semestral e têm alcançado grande repercussão nos universos cultural e jurídico, em âmbito nacional. ●



**A EMOÇÃO ESTÁ
COBERTA DE RAZÃO.
BATA O MARTELO.**



**Pense compre um Fit.
Não pense compre um Fit.
Venha conhecer.**

Respeite os limites de velocidade.

RAJA
Raja, 2760 - 3298-2900

BANDEIRANTES
Bandeirantes, 140 - 3069-0050

PAMPULHA
Catalão, 750 - 3469-5900

CIDADE NOVA
Cristiano Machado, 2510 - 3429-3333

SEMINOVOS BARÃO
Barão, 2761 - 3313-4611

autojapan.com.br

**AUTO JAPAN**

AÇÃO SOCIAL

Amagis busca apoio para levar talento jovem à Europa

Adriano Boaventura

**Magistrados podem ajudar Orquestra Jovem e Coral Infantojuvenil a realizar turnê internacional**

A Amagis celebrou, no dia 20 de maio, protocolo de intenções com a Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj), de apoio ao projeto social de formação da Orquestra Jovem e do Coral Infantojuvenil do TJMG, especialmente, no que tange a turnê internacional “Justiça e Paz se abraçarão”. O objetivo da Associação é apoiar projetos sociais que contribuem com a for-

mação humana e cidadã, além de transmitir valores positivos a crianças e adolescentes.

A Orquestra Jovem e o Coral Infantojuvenil é uma iniciativa da Coinj, que atende a cerca de 130 crianças e adolescentes que praticam violino, viola, violoncelo, contrabaixo acústico, além de aulas de canto, expressão corporal, teoria musical e prática orquestral. Eles rece-

beram convite inédito para tocar em vários países da Europa, fazendo uma turnê pela Áustria, Itália, Liechtenstein e Vaticano, de 13 a 28 de outubro deste ano.

O convite e sugestão de roteiro foram formulados pelo reitor do Colégio Brasileiro, de Roma, padre João Rohr, mas, para realizar esse sonho ainda faltam os recursos para viabilizar essa turnê internacional.

Diante disso, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, enviou ofício a todos os magistrados, conclamando-os a contribuir para que esse sonho seja realizado, depositando doações na conta aberta pela Associação especificamente para essa finalidade.

Os magistrados que quiserem contribuir, e dar essa oportunidade única para a vida desses jovens, podem fa-

zer a doação pela conta 20399-8, agência 1615-2, no Banco do Brasil.

O projeto social ainda conta com o apoio do Programa Escola Integrada da Prefeitura de Belo Horizonte, do Instituto Ajudar, do Cevam, da Assprom, do Conservatório de Música da UFMG, da Paróquia Nossa Senhora Rainha, do Muquifu e da rede de instituições de acolhimento da capital, dentre outros.

Os alunos residem, em sua maioria, no Aglomerado Santa Lúcia, no Morro do Papagaio ou em instituições de acolhimento da capital mineira, outros são trabalhadores da Assprom (Associação Profissionalizante do Menor).

O projeto promove, através da prática musical, a formação técnica de seus alunos, dentro da perspectiva do protagonismo juvenil, impulsiona o desenvolvimento de relações interpessoais positivas, amplia a autoestima e favorece a retomada de relações familiares. ●

**Instituto Mineiro
de Perícias**

Av. Contorno, 5491 | 4º andar | Cruzeiro
Belo Horizonte | Minas Gerais | Brasil
Contatos: + 55 31 3284-3423 | 9217-5156

www.periciasmg.com.br

Um olhar técnico a favor da

verdade.

Com um corpo técnico altamente especializado, o Instituto Mineiro de Perícias (IMP) atua nas mais diversas causas jurídicas e nas mais complexas questões periciais, esclarecendo pontos controversos de forma eficaz e agregando precisão e segurança aos resultados.

Áreas de atuação e perícias técnicas:

- Áudio, Vídeo e Informática
- Biologia, Bacteriologia e DNA
- Contábil
- Documentoscopia e Grafotecnica
- Engenharia
- Meio Ambiente
- Médica
- Patrimonial Histórico e Avaliação
- Psicologia
- Química
- Segurança, Engenharia e Medicina do Trabalho
- Trânsito

**Convênio
AMAGIS**

NO AR

Destaques dos programas de TV da Amagis em maio

PENSAMENTO JURÍDICO



ADMINISTRAÇÃO NO JUDICIÁRIO * Foto

De quem é a responsabilidade pela administração dos fóruns e comarcas? Para responder essa e outras questões, convidamos para o Pensamento Jurídico o juiz Marco Antônio Feital Leite, diretor do Foro de Belo Horizonte. No programa, falamos sobre gestão de pessoas, de recursos e de processos na Justiça. O que falta à administração pública, hoje, especialmente nos tribunais e comarcas? Confira!

25 ANOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao longo dos seus 25 anos de existência chegou à marca de mais de 3,5 milhões de julgamentos. No mesmo período, foram 300 mil habeas corpus. Essas marcas são motivos de orgulho? Quais são as atribuições dessa instância do Judiciário? Para debater o assunto, recebemos no estúdio a desembargadora Sandra Alves de Santana e Fonseca, da 6ª Câmara Cível do TJMG.

ADOÇÃO NO BRASIL

Depois de quase dois anos de discussão, em março, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou uma resolução em que estrangeiros e brasileiros residentes no exterior sejam incluídos no Cadastro Nacional de Adoção (CNA). Quais são os objetivos e efeitos da medida? O desembargador Tarcísio José Martins Costa, convidado do programa, responde a essa e outras questões.

CONSTITUIÇÃO E DEMOCRACIA

O Constitucionalismo busca estabelecer o equilíbrio entre o poder do Estado e o direito da sociedade e do cidadão. Como tem sido o resultado ao longo da história? O Constitucionalismo moderno consegue equilibrar o poder e garantir os direitos individuais? Para debater o assunto, convidamos o professor de Direito Constitucional da PUC-MG e UFMG José Luiz Quadros de Magalhães. ●

VIA JUSTIÇA



30 ANOS DA LEI DE EXECUÇÕES PENAIS * Foto

Editada em 1984, a Lei de Execuções Penais deve passar por algumas reformas. Para analisar a realidade atual do sistema de execução penal e as modificações que estão sendo propostas, convidamos o juiz Thiago Colnago Cabral, da Vara de Execuções Penais de Governador Valadares, e o defensor público Hebert Soares Leite. Qual é o balanço destes 30 anos? Qual é a importância da LEP na história do Direito Penal do país?

O ESTADO E A SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA

Prender ou não prender? No estúdio, nossos convidados debatem os programas desenvolvidos pelo Poder Judiciário para enfrentamento desta grave situação do sistema prisional. Para falar sobre o assunto, convidamos o juiz José Ricardo Veras, coordenador-executivo do Programa Novos Rumos/TJMG, e o advogado Adilson Rocha, presidente da Coordenação de Acompanhamento do Sistema Carcerário/OAB Federal.

LEGALIZAÇÃO DA MACONHA

O polêmico debate em torno da “legalização” da maconha volta a ganhar força depois da medida aprovada pelo Parlamento uruguaio. Para participar do programa, convidamos o desembargador Doorgal Andrada, da 4ª Câmara Criminal do TJMG, e o advogado criminalista Estevão Ferreira de Melo. Por que legalizar a maconha? Quais as implicações dessa iniciativa? O Brasil seguirá o mesmo caminho?

PUBLICAÇÕES DA AMAGIS

O programa aborda a ideia de lançamento, os objetivos e a importância das publicações da Amagis. Além disso, os textos e os autores selecionados para as edições de 2014 foram destacados. Em estúdio, convidamos para participar os diretores das revistas Amagis Jurídica e MagisCultura, juízes Gilson Soares Lemes e Renato César Jardim, respectivamente. ●

ASSISTA

TV Justiça
Sábado, às 18h30

TV Comunitária
Sábado, às 22h

ASSISTA

TV Assembleia
Sexta-Feira, às 23h

TV Justiça
Sábado, às 15h30

TV Comunitária
Sexta-Feira, às 23h30

CORRUPÇÃO

Lavagem de dinheiro sujo

DESEMBARGADOR TARCÍSIO MARTINS COSTA

O tema se encontra no centro do palco das atenções desde o julgamento da Ação Penal 470. A questão voltou agora à baila com a Operação Lava Jato, investigação da Polícia Federal, sobre evasão de divisas e lavagem de dinheiro da Petrobrás, resultando na prisão de “doleiros” e de um diretor da empresa petroleira, envolvendo, ainda, o vice-presidente da Câmara.

Sabe-se que, não raras vezes, a lavagem de dinheiro se relaciona ao crime de corrupção, este como uma das hipóteses de crime antecedente, tal como previsto na legislação de diversos países. Pela nova redação do art. 1º da Lei n. 9613/98, alterada em 2012, qualquer infração penal pode figurar como antecedente do crime de lavagem, inclusive o delito de corrupção.

A sua vez, a lei brasileira anticorrupção - Lei nº 12.846/2013 - em princípio, aplicável apenas às pessoas jurídicas, o próprio diploma legal esclarece que suas disposições também se estendem às pessoas físicas envolvidas, especialmente, aos administradores das empresas. Muitos entendem que o art. 5º, inciso III, constituiria, por si só, uma prática de lavagem de dinheiro. Em outras palavras, a mera utilização de interposta pessoa para ocultar a identidade dos reais beneficiários, caracterizaria a ocultação necessária à tipicidade do crime de lavagem.

Deixando de lado as intrincadas questões jurídicas, vejamos os principais efeitos da corrupção. São desastrosos, segundo renomados economistas: superfaturamento de obras; sonegação de impostos; afastamento dos investimentos; clima de desestímulo no meio empresarial; instabilidade no desempenho das ações; concorrência desleal (ganha a empresa que paga propina, não a que oferece melhores serviços); estímulo à informalidade; desemprego; inflação dos serviços e produtos que chegam ao consumidor.

Tão grave quanto os efeitos da corrupção na economia é o descrédito do poder público. O povo passa ver a máquina estatal como corrompida, farisaica, gastadora e irresponsável, o que também se aplicaria aos políticos de modo geral. Certo é que a insatisfação dos brasileiros com a corrupção ficou mais do que evidente, nos últimos meses, com as manifestações que tomaram conta das ruas do país, excluídos os provocadores que querem ver o circo pegar fogo. Afinal, saúde e educação e segurança são prejudicadas com desvio das verbas públicas, que deveriam lhes ser destinadas com absoluta prioridade.



Mas vamos ao título, que parece redundante, ao se referir à “lavagem de dinheiro sujo”. São Tomás de Aquino comparava o dinheiro com “o excremento do diabo”. Até hoje, costuma-se dizer que “dinheiro é sujo”. Pura verdade. Cientistas comprovaram, em laboratório, o surpreendente número de micróbios nas cédulas que passam, diariamente, de mão em mão.

Segundo Robert Lee Hotz, em artigo publicado no The Wall Street Journal, reproduzido pelo Valor Econômico, edição de

“Lamentavelmente, os corruptos e lavadores de dinheiro, que causam tantos prejuízos ao País, sempre operam com transações eletrônicas”

23/04/2014, os pesquisadores da Universidade de Nova York, analisando o material genético de apenas uns 20% do DNA não humano de notas de US\$ 1, identificaram ao todo 3 mil tipos de bactérias, vírus, fungos e agentes patogênicos vegetais, além de minúsculos vestígios de antraz e difteria. Um número muito maior do que o colhido em microscópio na pesquisa anterior. A espécie mais abundante

foi a causadora do acne. Outras estão associadas à ulcera gástrica, pneumonia, intoxicação alimentar e infecção por estafilococos, algumas com genes responsáveis pela resistência aos antibióticos. Descobriram também que os micróbios crescem nas notas de papel. E ainda. “Uma carteira com dinheiro, na temperatura corporal é uma verdadeira placa de petri (recipiente de vidro onde são colocados ingredientes que favorecem o crescimento de bactérias e fungos para estudos”. E mais. Quando pegamos no dinheiro alimentamos as bactérias com resíduos cerosos da pele humana e sua oleosidade. O toque humano, portanto, agrava o problema. Cientistas da Universidade Queen Mary, de Londres, constataram que 6% das notas inglesas testadas apresentavam níveis de bactérias “E. Coli”, comparáveis a um assento de sanitário.

O triste de tudo isso é que os bancos centrais e ministérios da fazenda, em geral, se preocupam mais com a falsificação e a durabilidade do dinheiro do que com a microbiologia. Lamentavelmente, os corruptos e lavadores de dinheiro, que causam tantos prejuízos ao País, sempre operam com transações eletrônicas. Raramente são punidos. Mas os transportadores de dinheiro sujo, nas meias e interior das peças íntimas, que se cuidem: foram identificadas, além do DNA de cavalos e cães, até mesmo algumas amostras do rinoceronte branco. ●

ALTA TEMPORADA

Estão abertas as inscrições para as colônias de férias da Amagis

Estão abertas as inscrições para as colônias de férias da Amagis, durante a alta temporada de dezembro de 2014 a janeiro de 2015. Os interessados podem se inscrever, até o dia 15 de agosto, para apenas uma colônia. Para Nova Viçosa (BA), o associado deve optar por casa ou apartamento.

Arquivo Amagis



Cabo Frio é uma das opções mais procuradas

Após o sorteio, o associado terá cinco dias úteis para fazer o pagamento da reserva. O sorteio será realizado no dia 21 de agosto de 2014. Para mais informações, entre em contato com Cácia pelo telefone (31) 3079-3459 ou pelo e-mail cacia@amagis.com.br.

PERÍODOS DE ESTADIA EM CAXAMBU (MG), CABO FRIO (RJ), CALDAS NOVAS (GO) E UBATUBA (SP)

02/12/2014 a 08/12/2014; 09/12/2014 a 15/12/2014;
16/12/2014 a 22/12/2014; 23/12/2014 a 29/12/2014;
30/12/2014 a 05/01/2015; 06/01/2015 a 12/01/2015;
13/01/2015 a 19/01/2015; 20/01/2015 a 26/01/2015;
27/01/2015 a 02/02/2015.

PERÍODOS DE ESTADIA EM NOVA VIÇOSA (BA)

01/12/2014 a 09/12/2014; 10/12/2014 a 19/12/2014;
20/12/2014 a 29/12/2014; 30/12/2014 a 09/01/2015;
10/01/2015 a 20/01/2015; 21/01/2015 a 31/01/2015.

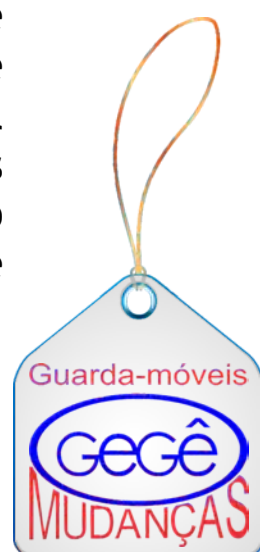
INTEGRAÇÃO PARA QUALIDADE

Apenas seres humanos são capazes de inovar.



Isso é sinergia.

A Gegê executa suas operações dentro de padrão técnico, que observa a total integração de suas equipes, no trato com o patrimônio de nosso cliente.



morse360

(31) 3332.3800 - 3332.4280
www.gegemudancas.com.br

SAÚDE

Obesidade atinge quase 1/3 da população mundial

Um estudo feito pela Universidade de Washington, nos Estados Unidos, mostrou que a obesidade atinge, atualmente, 2,1 bilhões de pessoas no mundo. O número representa quase 30% da população mundial. Divulgado em maio de 2014, o estudo aponta que 62% estão nos países em desenvolvimento, entre eles o Brasil. No ano passado, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) lançou um alerta sobre o aumento da obesidade na América Latina e Caribe. Segundo dados da FAO, o problema afeta 23% da população adulta da região. No Brasil, segundo informações da Orga-

Getty Images



Consumo de industrializados é uma das causas do aumento da obesidade

nização, 20% da população adulta são considerados obesos. O aumento considerável de pessoas obesas no mundo chamou a atenção para problemas relacionados à saúde. Levantamento realizado pelo jornal O Estado de S. Paulo, divulgado em abril deste ano, mostrou que, em 10 anos, o número de mortes registradas por complicações relacionadas à obesidade, no Brasil, triplicou. Foi de 808 óbitos, em 2001, para 2.390, em 2011.

Para o Ministério da Saúde, o aumento das mortes é um reflexo da epidemia de obesidade registrada hoje no país, sobretudo como consequência do alto consumo de alimentos industrializados e sedentarismo. ●

Suplemento do Plano de Saúde da Associação dos Magistrados Mineiros AMAGIS

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

Presidente da Amagis:
Desembargador Herbert
José Almeida Carneiro

Diretoria do Amagis Saúde:
Vice-presidente de Saúde
Juiz Maurício Torres Soares

Diretor de Saúde
Juiz Edison Feital Leite

Diretor Financeiro
Juiz Cláudio Manuel
Barreto de Figueiredo

Conselho Gestor:
TJMG

Wander Paulo Marotta Moreira
Geraldo Domingos Coelho

Suplentes

José Geraldo Saldanha da Fonseca
Geraldo José Duarte de Paula

Juízes da Capital

Maria Luíza Santana Assunção
Edison Feital Leite

Suplentes

Marco Aurélio Ferenzini
Marli Maria Braga Andrade

Juízes do Interior

Marcelo Carlos Cândido
Dalton Soares Negrão

Suplentes

Paulo Antônio de Carvalho
André Luiz Tonello de Almeida

Aposentados

Cláudio Manuel Barreto Figueiredo
Francisco Albuquerque

Suplentes

Noelho Adelino Machado
Mauro Soares de Freitas

Diretoras de comunicação:

Juizas Aldina de Carvalho Soares
e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Bacvaroff • Mtb - MG: 08441
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Projeto Gráfico:
Agência Graffo

Diagramação:
Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

Tome nota

- ✓ Para agendar uma consulta com a equipe de saúde do "Amor à Vida", ligue para (31) 3079-3472 ou 3079-3421, de 8h às 17h.
- ✓ A primeira consulta será com o médico cardiologista, endocrinologista ou geriatra, que encaminhará o associado para o nutricionista, fisioterapeuta e odontólogo, caso necessário.
- ✓ Serão atendidos preferencialmente associados acima de 60 anos e aqueles que tenham doenças cardiovasculares, endócrinas e de alterações metabólicas ou crônico-degenerativas, como Parkinson e Alzheimer.
- ✓ Os associados ao Amagis Saúde que utilizarem o "Amor à Vida" não pagarão a taxa de 25% de coparticipação sobre a consulta realizada.
- ✓ Envie um e-mail para amoravida@amagis.com.br e esclareça suas dúvidas.
- ✓ Temos estacionamento próprio.

"Amor à vida" – Bem-estar e qualidade de vida para você, usuário do Amagis Saúde

GRUPO DE ESTADOS

Adesões ao novo plano da Amagis Saúde atingem meta

Adriano Boaventura



Equipe da Amagis Saúde na sede da Associação, em Belo Horizonte

A boa adesão à Amagis Saúde Grupo de Estados, de 417 associados, totalizando cerca de 1.600 pessoas, incluindo familiares e agregados, em um mês e meio da homologação do novo plano pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), no dia 10 de abril,

confirmou o acerto da decisão dos magistrados, que, durante a Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 14 de fevereiro, aprovaram a mudança no plano de saúde.

Com a procura pela nova modalidade, a diretoria executiva da Amagis Saúde

prorrogou a migração, sem carência, para o novo plano até o dia 30 de maio. A partir deste mês, os interessados em fazer a mudança terão de cumprir os prazos de carência fixados pela ANS. A Amagis Saúde Grupo de Estados oferece atendimento em Minas Gerais, São

Paulo e Rio de Janeiro, sem a “diferença de tabela” que era aplicada no modelo de cobertura anterior, quando usuário utilizava a rede credenciada dos outros estados. As regras de coparticipação permanecem inalteradas.

Caso o titular opte pela mudança de pla-

no, a migração será feita para toda a família. A Amagis Saúde, que oferece atendimento eletivo, de urgência e emergência em Minas Gerais permanecerá inalterado. As regras da Unimed também não sofrem mudanças. A Associação disponibilizou em seu site (amagis.com.br) o requerimento para a adesão e o simulador de mensalidades, cujo acesso é feito no campo Amagis Saúde, no menu superior da página, que abrirá a opção simulador de mensalidades.

A relação da rede credenciada da Cabes e Caberj poder ser visualizada nos sites cables.com.br e caberj.com.br. Outras dúvidas podem ser esclarecidas com a equipe da Amagis Saúde com Eliete, Rosângela ou Marina pelos telefones 3079-3482, 3079-3499 ou 3079-3492. ●

CONHEÇA OS NOVOS HORÁRIOS DO PLANTÃO DA AMAGIS SAÚDE

Plantão presencial na sede da Amagis: sábado das 8h às 13h15

Plantão telefônico pelo número (31) 9977-2820: Fins de Semana e feriados a partir das 19h das sextas-feiras até as 7h das segundas-feiras.

*A escala de plantão nos feriados prolongados será previamente definida e divulgada.

**Nos dias úteis, o atendimento da Amagis Saúde permanece nos mesmos horários, a partir das 7h até as 19h.